

O RIO DA POLÊMICA

Transposição das águas do São Francisco é o maior e mais controverso projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em Brasília, especialistas se reuniram para discutir a obra, que custará R\$ 3,6 bilhões

Humberto Rezende
Especial para o Correio

A discussão sobre a transposição de águas do Rio São Francisco para ajudar no combate à seca no Nordeste não é nova. Já nos tempos do Império, a idéia era defendida por Dom Pedro II. Porém, a idade da discussão não tira a polêmica do projeto que o governo federal pretende levar adiante, apresentado como uma das maiores ações previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

São cerca de R\$ 3,6 bilhões a serem investidos para que parte das águas do Velho Chico passe a abastecer regiões do semi-árido nordestino. Enquanto técnicos do Ministério da Integração Nacional (MI) se esforçam para comprovar a eficácia da iniciativa, entidades da sociedade civil defendem que a idéia não resolverá o problema de sede das populações mais necessitadas.

Sabendo da importância do tema e da vontade da população de entender melhor a obra da transposição, os Diários Associados, por meio dos jornais Correio Braziliense, Estado de Minas e Diário de Pernambuco, realizam o projeto São Francisco: a realidade de um rio.

A proposta, que tem o apoio do MI, foi iniciada no dia 13 de novembro, quando aconteceu um seminário em Brasília com transmissão ao vivo para Belo Horizonte e Recife, no qual foram ouvidos especialistas favoráveis e contrários à medida. Este suplemento especial, encartado nos três jornais e também no Diário de Natal, é a continuação do projeto, que contará ainda com uma exposição itinerante que percorrerá cidades dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, em janeiro do ano que vem.

Como bem lembrou o diretor-presidente do Correio, Álvaro Teixeira da Costa, na abertura do seminário, o uso das águas do São Francisco é de interesse não só dos estados que compõem sua bacia ou daqueles que serão beneficiados pela transposição. “Estamos diante de um tema de interesse nacional, apesar dos interesses de cada estado”, disse. “Essa questão não pode ser tratada com visão e propósitos que não sejam aqueles de interesse dos que vivem nas regiões de fluência do rio, desde sua cabeceira em Minas Gerais até sua foz, entre Sergipe e Alagoas”, completou.

Pelo mundo

No mundo todo, a transposição de um rio sempre provocou polêmica. Experiências nos Estados Unidos, Espanha, China e Peru também geraram muitas discussões e brigas judiciais, como ocorre no Brasil hoje. Em muitos casos, houve impactos ambientais preocupantes, como no caso da transposição do Rio Colorado, no início do século passado, em que se observou a poluição na bacia receptora, do rio Big Thompson. Técnicos da época disseram que o problema não era a transposição em si, mas falhas na execução da obra. Mesmo assim, a experiência do Colorado segue como um alerta lembrado até hoje pelos que são contra a transposição do São Francisco.

Aqui, muitos temores cercam o uso das águas do chamado “rio da integração nacional”. Algumas pessoas receiam que a transposição sobrearregue a bacia e acabe estendendo o problema da seca a áreas hoje beneficiadas pelo São Francisco. A essa hipótese, técnicos do Ministério respondem argumentando que o volume da água a ser bombeada corresponde a apenas 1,4% da vazão do rio.

Outras entidades, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dizem que a transposição é como pedir a uma pessoa anêmica que doe sangue. O rio, argumenta a entidade, precisa ser revitalizado antes de ter suas águas transpostas.

Presente à abertura do seminário em Brasília, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, respondeu a crítica dizendo que se um paciente tem mais de um problema, devemos tratar todos os males ao mesmo tempo. O ministro se refere às obras de revitalização que já estão em andamento e que males ao mesmo tempo.

O ministro se refere às obras de revitalização que já estão em andamento e que acompanharão a obra da transposição. “A revitalização nunca foi tratada como está sendo agora. Investiremos R\$ 800 milhões em esgotamento sanitário e estamos fazendo também o plantio de viveiros para refazer as matas ciliares, a recuperação das margens e a proteção dos mananciais”, disse.

Para o ministro, as críticas de que o projeto de transposição pode prejudicar estados como Minas Gerais e Bahia são infundadas. Segundo ele, a retirada dos 26 metros cúbicos de água por segundo (vazão prevista nos dois eixos do projeto) é insignificante para um rio que despeja 1800 metros cúbicos por segundo.

Por isso, segundo ele, a transposição de parte das águas do São Francisco é um caminho sem volta: “A decisão política de levar adiante essa obra está tomada de forma absolutamente irreversível. Digo isso para que não persistam argumentos falaciosos de que essa é uma obra que pode começar e ficar como um elefante branco. O recursos estão previstos no PAC e as obras estão andando no seu ritmo normal”.

Na opinião de Vieira Lima, a discussão sobre a obra de transposição deve ser técnica e não ideológica. O ministro argumentou ainda, durante o seminário, que não há problemas caso a água bombeada venha a ser usada para atender grandes plantações e cidades. “É claro que a prioridade será atender as pessoas e a dessedentação animal. Mas qual o problema se houver sobra que possa atender os agronegócios, que geram trabalho no país, e as cidades, onde também moram brasileiros?”, questionou ao concluir sua fala.



“A decisão política de levar adiante essa obra está tomada de forma absolutamente irreversível. Digo isso para que não persistam argumentos falaciosos de que essa é uma obra que pode começar e ficar como um elefante branco.”

Geddel Vieira Lima,
ministro da



“Essa questão não pode ser tratada com visão e propósitos que não sejam aqueles de interesse dos que vivem nas regiões de fluência do rio, desde sua cabeceira em Minas Gerais até sua foz, entre Sergipe e Alagoas”

Álvaro Teixeira da Costa,
Diretor
Presidente do Correio
Braziliense

SOLIDARIEDADE NÃO TEM PREÇO

Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério rechaça críticos e assegura que projeto, mesmo com altos gastos, vai beneficiar cerca de 15 milhões de brasileiros

Renata Mariz
Da equipe do Correio

As cifras bilionárias do projeto de transposição do São Francisco são, na avaliação de João Reis Santana Filho, compatíveis com os benefícios que a obra trará. O secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional não titubeia na hora de defender o projeto. “Essa etapa tem uma previsão de R\$ 3,6 bilhões e um projeto de revitalização orçado em um R\$ 1,6, totalizando R\$ 5,2 bilhões. Pode parecer muito, mas vale a pena, visto que o valor social dessa obra é incomensurável”, destaca Santana.

Ele argumenta que a transposição de parte das águas do Velho Chico é a única forma de garantir o bem a cerca de 15 milhões de nordestinos que sofrem com a seca, devido à sazonalidade das chuvas no semi-árido. “Os açudes no Nordeste ficam à mercê do clima. Em dois anos chove muito, depois fica quatro sem chover. E isso acarreta duas situações. Ou os reservatórios enchem demais e, com isso, evaporam, ou ficam em níveis mínimos, sob o risco da salinização”, explica o secretário.

É nesse impasse, segundo Santana, que a transposição será crucial, com um método exato de reposição de águas. “Vamos estabelecer uma relação em que tenhamos um ponto máximo do açude que possibilite o mínimo de evaporação. E também um nível mínimo que proteja o reservatório da salinização”, diz. “A idéia, então, é mandar água para o açude sempre que houver necessidade, dentro desses parâmetros. Isso deverá ser comandado por um centro informatizado,” completa.

Águas subterrâneas

A utilização de cisternas e poços artesianos, medida defendida pelos movimentos sociais contrários à transposição, tem sido implementada pelo governo, segundo Santana. São 800 mil cisternas por ano até 2010, além de 1.300 poços com um sistema simplificado de abastecimento. “Tudo isso é medida complementar”, observa. Para o secretário, falta capacidade hídrica na região setentrional do Nordeste para obter água subterrânea. “A maioria está no cristalino, que dá uma água de péssima qualidade. Não adianta bater nessa tecla”, critica.

Contra as avaliações pessimistas em relação ao projeto, Santana lembra que o Brasil já conta com duas obras de transposição em funcionamento. Uma está no rio Paraíba do Sul, de onde se remove 63% da vazão, e outra no Piracicaba, com 78% de volume transposto. “Ninguém fala sobre isso, ninguém comenta. Agora, para tirar 1,4% da vazão do São Francisco, é essa celeuma”, reclama o secretário.

Na avaliação dele, as críticas ao projeto são fruto de desconhecimento por parte da população. “Acho que o governo divulgou pouco essa obra extraordinária. Agora é que secretarias de comunicação dos órgãos envolvidos estão se mobilizando para informar melhor a população. Pretendemos usar literatura de cordel, cartilhas, manuais”, informa Santana. “As pessoas que se mostram contra a transposição na maioria das vezes não têm embasamento técnico”, ressalta o secretário.

Revitalização

A necessidade de revitalização do rio, uma bandeira levantada por segmentos da sociedade contrários ao projeto, já está sendo atendida, de acordo com o secretário. Ele ressalta que atualmente estão em curso 330 intervenções nesse sentido. “São obras de esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos. Nunca houve um projeto tão detalhado no que diz respeito às condições ambientais”, afirma Santana. Só de licenças pagas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), lembra ele, foram R\$ 22 milhões.

“A verdade é que nunca se fez nada para revitalizar o São Francisco. Nunca se plantou um pé de banana no objetivo de preservar o rio. O que existe são iniciativas de ONGs, de ambientalistas, que lutam, divulgam medidas para melhorar as condições”, alfineta Santana. Ele ressalta que, além dos projetos de recuperação ambiental, 642 casas estão em fase de construção. As moradias serão destinadas a 338 indígenas e 302 quilombolas. Um centro comunitário e um posto de saúde em cada aldeia, segundo o secretário, completam o projeto de remoção desses povoados.



O governo levanta a bandeira de que a transposição é a única forma de garantir o bem aos nordestinos que sofrem com os efeitos da falta d'água

João Reis Santana Filho

À frente da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Reis Santana Filho é um árduo defensor da transposição das águas do São Francisco. Ele se baseia em termos técnicos para garantir a viabilidade da obra e rechaça as críticas apontadas por movimentos contrários à transposição. Confira os principais trechos da entrevista concedida pelo secretário:

Uma preocupação dos movimentos sociais tem sido o valor da água, após a transposição. O governo tem uma estimativa de quanto custará?

Tudo o que podemos fazer agora é projetar o custo, porque estamos falando de uma obra que termina, de um lado, em 2010, e do outro lado, em 2015. Além disso, dependendo do uso da água, haverá valores diferentes. Para dessedentação humana será um preço, para a dessedentação animal é outro. Para a utilização agroindustrial, será um terceiro valor. Hoje, a média dos projetos de irrigação do governo federal, como os executados pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), por exemplo, está em torno de R\$ 80 por 1.200 metros cúbicos. Isso envolvendo o pagamento da infra-estrutura, da operação e da manutenção dos perímetros irrigados. Agora, quem vai estabelecer a outorga, quem vai definir o preço no caso da transposição, é o custo final desse projeto e, em última instância, os comitês gestores.

As águas subterrâneas podem ser uma solução para o problema da seca?

No Nordeste setentrional, as águas subterrâneas não são uma solução. Elas podem auxiliar. E assim estão colocadas dentro da nossa política, como um complemento. Não é à toa que estamos investindo na construção de 800 mil cisternas por ano até 2010. Estamos projetando mais de 1.300 poços, como um sistema simplificado de água, como uma ação complementar.

O alvo dessas ações seria a população difusa?

Exatamente. As comunidades dispersas serão atendidas por cisternas. Não tem sentido você levar uma linha adutora para botar em uma casa. Isso custaria uma fortuna. Então projetamos um poço para atender pequenas casas isoladas. No caso de um povoado, com uma fazenda aqui, outra acolá, teremos as cisternas.

E essa acusação de que a água servirá ao agronegócio?

Isso não tem o menor cabimento, é um absurdo. O projeto é claro no que diz respeito à utilização. A água é para dessedentação humana e animal. Agora, quando o Rio Sobradinho verter, ou seja, estiver jogando água fora, haverá possibilidade de usos múltiplos. Essa cheia acontece, em geral, de setembro a março, na época das chuvas. Às vezes o período pode ser menor, terminando em novembro. É importante lembrar, acima de tudo, que os comitês de bacia, compostos por representantes do governo e da sociedade civil, é que definirão para quem vai outorgar o uso da água adicional. (Renata Mariz)



O secretário João Santana destacou também os projetos ambientais e de revitalização que vêm sendo realizados ao longo do Velho Chico

ENTENDA O PROJETO

ENTENDA O PROJETO

O Rio São Francisco foi descoberto no dia 4 de outubro de 1501, dia de São Francisco de Assis, pelo navegador Américo Vesputio.

O que é

- O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, destinado a transportar a oferta de água, em 2025, a cerca de 15 milhões de habitantes da população, médias e grandes cidades da região semi-árida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- A integração do Rio São Francisco às bacias das áreas temporárias do semi-árido será possível com a retidão contida de 26,4 m³ de água, o equivalente a 1,4% da vazão gerada pela barragem de Sobradinho (1850 m³/s) no trecho do rio onde se dará a captação. Essa quantidade de água será destinada ao consumo da população urbana de 390 municípios do agreste e do sertão dos quatro estados do Nordeste Setentrional. São áreas em que o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, o volume captado poderá ser ampliado para até 127 m³/s, considerando para o aumento da garantia de oferta de água para múltiplas uses.

Fuente: Ministério da Integração Nacional

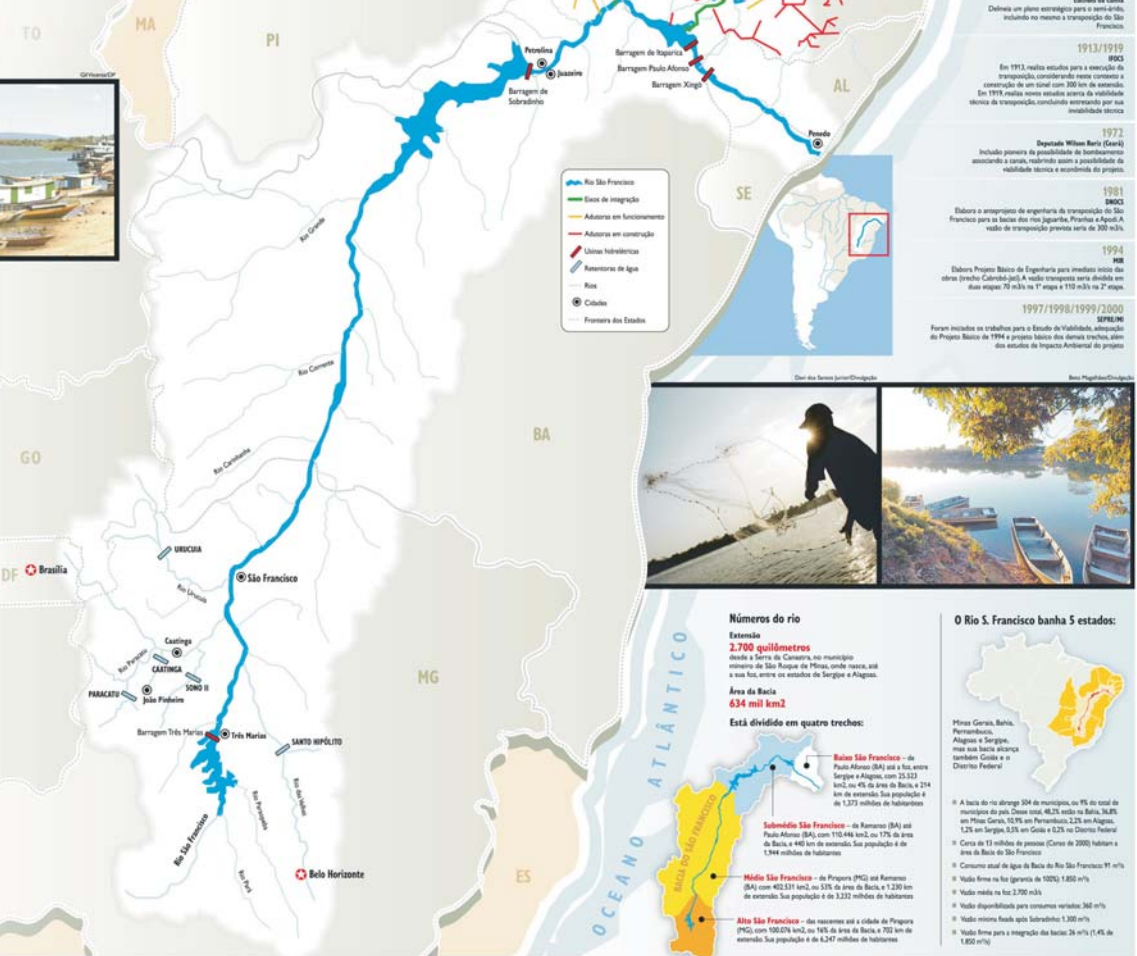
Eixos

- O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional prevê a construção de dois canais: o Eixo Norte que levará água para os municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e o Eixo Leste que beneficiará parte do sertão e do agreste grossos de Pernambuco e da Paraíba.

Custo

A obra está orçada em **R\$ 3,6 bilhões**

- A obra está orçada em R\$ 3,6 bilhões



História da transposição

- 1947**
Deputado Provincial de Ceará - Costa Barros Antônio de Moura ingressa a primeira transposição das águas do São Francisco para o Nordeste. Paralelo ao Canal (afluente do Jaguaribe) numa extensão de 200 km.
- 1952/1953/1954**
Engenheiro Henrique S. F. Balduino Realizaram, 50% a 50%, por ordem de Costa Pinto II um estudo detalhado do Rio São Francisco e seus principais afluentes, visando à transposição em seu curso. Dentre outras coisas que esse estudo possibilitaram, surgiu a ideia de enfrentar as secas no semi-árido nordestino através de um canal que possibilitasse a transferência de água do Vale do Chão para aquele região.
- 1956**
Barão de Capangema Laborando a denominada Comissão Científica de Exploração, aptos para a viabilidade da abertura de canal interligando o São Francisco ao Rio Jaguaribe.
- 1908**
Barão de Caroba Delimita um plano estratégico para o semi-árido, incluindo no mesmo a transposição do São Francisco.
- 1913/1919**
IBCC Em 1913, realizou estudos para a execução da transposição, considerando nesse contexto a construção de um canal com 300 km de extensão. Em 1919, realizou estudos sobre a viabilidade técnica de transposição, considerando nesse contexto a possibilidade técnica.
- 1972**
Deputado Wilson Barão (Ceará) Incluiu proposta de possibilidade de melhoramento estrutural a canal, visando assim a possibilidade de viabilidade técnica e econômica do projeto.
- 1981**
IBCC Elaborou o anteprojeto de engenharia da transposição do São Francisco para as bacias dos rios Jaguaribe, Franca e Apodi. A vazão de transposição prevista seria de 300 m³/s.
- 1994**
IBCC Elaborou Projeto Básico de Engenharia para medição inicial das obras (Projeto Caldeirão) e a medição seria dividida em duas etapas: 70 m³ no 1º etapa e 110 m³ no 2º etapa.
- 1997/1998/1999/2000**
SEPLAN Foram iniciados os trabalhos para o Estudo de Viabilidade, elaboração do Projeto Básico de 1994 e projeto básico dos demais trechos, além dos estudos de Impacto Ambiental do projeto.

Argumentos pró transposição

- Vai levar água para aproximadamente 15 milhões de brasileiros que vivem afetados pela seca no semi-árido nordestino.
- Segundo o governo, não haverá nenhum prejuízo ambiental para o São Francisco ou para qualquer atividade econômica que haja se desenvolvida ao longo de mais 2.700 km de extensão. A quantidade de água a ser retirada é, realmente, muito pequena.
- A transposição vai promover o desenvolvimento social e econômico da região beneficiada, além de uma elevação na qualidade de vida da população com melhoria dos sistemas de saneamento básico e crescimento de atividades produtivas que são as bases de seus mais importantes componentes.
- Junto com a transposição, há uma série de programas ambientais como a revitalização hidroambiental da Bacia do São Francisco que contempla ações voltadas para o reforçamento de áreas críticas, construção de barragem em rios afluentes, melhoria da coleta e tratamento de efluentes, tratamento de resíduos das cidades e não localizados às suas margens e controle da irrigação e a reabilitação ambiental.
- O projeto também deverá contribuir para a fixação da população na região, sobretudo na área rural, graças, de longo prazo, a um processo contínuo de irrigação, seja para os próprios produtores do país, seja para outros países do Nordeste onde a escassez de água é o dilema. Do ponto de vista econômico, a irrigação deverá contribuir para a dimensão das parcerias públicas com medidas de emergência durante os períodos secos, uma vez que a oferta de água será maior e a produção das atividades reduzida.

Argumentos contra a transposição

- A água de transposição vai acabar indo para os projetos de irrigação de grandes fazendas que equivalem para as agropárias do alto nordeste. Ou seja, os mais ricos serão mais um vez beneficiados em detrimento dos mais pobres.
- A grande problema do projeto é o deslocamento das águas do rio. Os opositores afirmam que a transposição oficial do projeto é inexistente. Ou seja, que se trata de uma obra para levar um pouquinho de água para quem tem sede, mas se vendida, ela não levará água ao povo, mas aumentará o volume das águas já paradas e barradas para beneficiar grandes projetos agropárias de produção de frango, carne e suco.
- A população do Nordeste (a que fica exposta pelo sertão) e que depende de chuva para não ver uma gota sequer do rio e que já tem problemas de irrigação para beneficiar grandes projetos agropárias de produção de frango, carne e suco.
- Os opositores argumentam que o assunto não foi discutido com a sociedade civil e está sendo imposto "pelo alto".
- Há temores de que a transposição subverta a bacia e acabe estendendo o problema de seca na região que já se beneficia do Vale do Chão, além de aumentar os impactos ambientais na região.

Exemplos de transposição no Brasil e no mundo

- Aqueduto Taja - Segura (Espanha)
- Projeto Chamizales (México)
- Projeto Arroyo Central (EUA)
- Projeto Bacia Capon de American Canal (EUA)
- Projeto Highland Water Project (Lagoa do Sul)
- Projeto Franca Equatorial Aqueduto (Lagoa do Sul)
- Reserva das Águas Tual - Flandres (Suíça)
- Sistema Light (Suíça)
- Reserva das Águas Paratub - Pireu - Lajão (Suíça)
- Transposição de água para a Bacia de Serjipe (Aracaju/SE)

Para saber mais

- Ministério da Integração Nacional www.mint.gov.br
- Projeto Fundação www.mint.gov.br
- Agência Nacional de Águas www.ana.gov.br
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco www.cbh-sf.com.br
- Articulação no Semi-árido Brasileiro www.articula.org.br
- Comitê de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Pernambuco www.cdv-sf.com.br
- Fundação Joaquim Nabuco www.fundaj.gov.br

Números do rio

- Extensão: **2.700 quilômetros** desde a Serra de Carinã, no município mineiro de São Roque de Minas, onde nasce, até a sua foz, entre os estados de Sergipe e Alagoas.
- Área da Bacia: **634 mil km²**
- Está dividida em quatro trechos:
 - Bacia São Francisco - de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Sergipe e Alagoas, com 25.522 km² ou 4% da área da Bacia, e 214 km de extensão. Sua população é de 3.273 mil habitantes.**
 - Sedimentação São Francisco - de Rurópolis (BA) até Paulo Afonso (BA), com 110.646 km² ou 17% da área da Bacia, e 440 km de extensão. Sua população é de 1.564 mil habitantes.**
 - Médio São Francisco - de Piraquara (PE) até Rurópolis (BA), com 402.531 km² ou 57% da área da Bacia, e 1.236 km de extensão. Sua população é de 3.322 milhões de habitantes.**
 - Alto São Francisco - das nascentes até a cidade de Piraquara (PE), com 100.076 km² ou 14% da área da Bacia, e 702 km de extensão. Sua população é de 6.247 milhões de habitantes.**

O Rio S. Francisco banha 5 estados:

- Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, mas sua bacia alarga também Ceará e o Distrito Federal
- A bacia do rio abrange 504 de municípios, ou 9% do total de municípios do país. Destes total, 48,2% estão na Bahia, 36,8% em Minas Gerais, 5,9% em Pernambuco, 1,3% em Alagoas, 1,2% em Sergipe, 0,3% em Ceará e 0,2% no Distrito Federal e área da Bacia do São Francisco.
- Cerca de 13 milhões de pessoas (Cerca de 2000 habitantes a área da Bacia do São Francisco).
- Consumo anual de água da Bacia do Rio São Francisco: 91 m³/s
- Vazão média na foz (garantida de 100%) 1.850 m³/s
- Vazão média na foz 2.700 m³/s
- Vazão disponível para consumo urbano: 300 m³/s
- Vazão mínima vazão após Sobradinho: 1.300 m³/s
- Vazão firme para a irrigação das bacias: 26 m³/s (1,4% de 1.850 m³/s)

PARA OS POBRES NADA

Um dos mais conhecidos combatentes da iniciativa governista e profundo conhecedor do Velho Chico reitera que vai se gastar muito e flagelados continuarão sem água

Danielle Romani
Da equipe do Correio

Velho conhecido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem foi cabo eleitoral, petista de carteirinha, o mineiro Apolo Heringer Lisboa foi o segundo palestrante do Seminário São Francisco, a realidade de um rio. E se por toda essa proximidade alguém esperava dele condescendência pelo transposição, não foi o que se pode ver e ouvir. Presidente do Comitê da Bacia do Rio das Velhas, antigo militante ambientalista, profundo conhecedor do velho Chico e de seus meandros, Apolo, que também é coordenador do Projeto Manuelzão (cujo objetivo é promover a revitalização do Velhas), não poupou críticas e fogo contra o projeto, que classificou como mais um na lista de tantos desperdícios feito em nome do agronegócio e dos interesses políticos estaduais e municipais.

“A transposição não está sendo feita para o povo pobre, não vai levar água nem desenvolvimento para as comunidades dispersas. É dirigida, uma vez mais, aos que têm dinheiro, ao agronegócio, para plantar milho, soja, melão. Quem tem alguma dúvida disso deve avaliar o seguinte: os vales do Jequitinhonha e do São Francisco já têm um canal e os níveis de miséria regionais são absurdos. Por que não fazem milagres com eles, uma vez que essa água que está disponível é seis vezes mais barata do que a da transposição?”, criticou o professor universitário.

Nos mais de 50 minutos de explanação, sempre se valendo de números, exemplos, depoimentos e uma argumentação cortante, Apolo Lisboa lembrou que o projeto de transposição não teve como autor o presidente Lula, nem sua equipe, mas que a proposta começou a tomar forma — depois de quase um século de discussão — a partir dos belos projetos de engenharia concebidos pelo ministro Mário Andreazza, o mesmo que fez a Transamazônica sair do papel, nos anos 70. “Mas o fato dos projetos serem bem realizados tecnicamente, não quer dizer que eles acabem com a indústria da seca e com a desigualdade social”, afirmou.

“É impossível distribuir água para uma população de 750 mil pessoas difusas, espalhadas pelo semi-árido, pelo sertão. Isso não engloba a população urbana dos pequenos centros, mas o sertanejo pobre, que vê os canais passarem a 5 km das casas dele e, mesmo assim, não têm como irrigar as lavouras, dar de beber aos animais, matar a própria sede”, explicou Apolo, que chama atenção para outro fato: o custo da água trazida pelos canais da transposição — que custará em torno de R\$ 0,8 centavos o m³ — é bem mais cara do que a disponibilizada na nascente, em Minas, ou mesmo nos estados da Bahia e Pernambuco. “Se a maior parte dos produtores reclama do custo atual, como vão bancar esse preço que é seis vezes maior?”, questiona.

Virando a casaca

Para ele, tanto o presidente Lula quanto o ministro Geddel Vieira Lima – antigos opositores da transposição — deveriam vir a público explicar porque mudaram de idéia. “Não se muda de lado assim de repente sem dizer o motivo. Gostaríamos de saber o que lhes fez mudar, ver teorias e argumentos convincentes”, disse

. Segundo Apolo, antes de se posicionar contra a proposta, ele próprio liderou uma caravana que percorreu toda a área a ser contemplada com o projeto de transposição governamental, e ao contrário do que esperava, a população pobre tem uma clara posição contra a iniciativa. “O problema da desigualdade poderia ser resolvido com um montante bem menor de dinheiro, e com a adoção de medidas simples, como o aproveitamento da água da chuva, tendo como suporte os açudes, a realização de cursos técnicos para os sertanejos, principalmente no manejo da irrigação”, finalizou o ambientalista.

ENTREVISTA

Apolo Lisboa

Médico de formação, professor universitário e apaixonado pela questão hídrica, Apolo Lisboa não acredita que a transposição do São Francisco vá beneficiar o nordestino que passa sede. Segundo ele, a iniciativa do governo federal manterá as populações dispersas, que estão longe dos grandes centros, sem água e além do mais, vai desperdiçar dinheiro público. Confira trechos da entrevista concedida pelo professor:

Por que o senhor acha que a transposição não vai beneficiar o nordestino pobre?

Porque vem do mesmo modelo da indústria da seca, vigente no país há mais de um século, em que o dinheiro público é investido para benefício de poucos políticos e empresários. A transposição segue a lógica dos açudes, política malsucedida, que resultou em exclusão social. Isso é visível no semi-árido, onde é enorme a quantidade de pessoas que foram retiradas de suas casas para a expansão do açude ou que estavam na área dos canais e até hoje estão sem assentamento definitivo. Simplesmente não têm acesso à água, não podem pagar por ela. Vivem em casinhas, sem emprego, sem dinheiro para produzir, para criar um gado. Acabam se mantendo com uma ou outra renda que entra às vezes, uma aposentadoria.

E qual a melhor solução para o problema da seca?

Uma das maneiras é coletar a água da chuva. A quantidade de chuvas no Nordeste é muito grande. O problema é a concentração. Chove demais em três meses do ano. E nada no restante. Hoje temos tecnologia barata para armazenar a água e combater a evaporação. Os grandes açudes podem alimentar os menores, na lógica de distribuir. O problema é que essa lógica não está contemplada na transposição. Como é que a água vai chegar às populações dispersas, difusas?

O governo afirma que está investindo em cisternas e poços...

Quem executa esse projeto é a Articulação do Semi-Árido, um conjunto de dezenas de organizações não-governamentais. Agora o governo anuncia que apóia a causa, mas apenas como uma política compensatória. Só para não ser acusado de não apoiar. Essas grandes obras têm uma lógica eleitoral, de desvio de dinheiro. É dinheiro para empresas de cimento, de aço, para as prefeituras.

O que o senhor acha do projeto de revitalização do rio, que tem orçamento de R\$ 1,6 bilhão?

O governo federal fez uma verdadeira colcha de retalhos. Pegou tudo quanto é coisa que tinha em relação ao rio e colocou dentro de um suposto projeto de revitalização. Estão fazendo até canalização de rios e córregos, o que é um absurdo porque promovem enchentes. Não posso concordar.



Apolo Lisboa não poupou críticas ao projeto da transposição, que classificou como mais um na lista de tantos desperdícios feito em nome do agronegócio e dos interesses políticos estaduais e municipais

CONHECER PARA OPINAR

Para consultor legislativo, pontos do projeto de transposição ainda precisam ser esclarecidos para a população, como o custo para bombear a água e o uso que se fará dela

Humberto Rezende
Especial para o Correio

Consultor legislativo da Câmara dos Deputados para as áreas de recursos hídricos e de meio ambiente, José de Sena acompanha a discussão sobre a transposição das águas do São Francisco desde 1993. Convidado para participar da primeira mesa redonda do seminário organizado pelos Diários Associados sobre o tema, com mediação do editor de política do Estado de Minas, Baptista Chagas de Almeida, Sena apresentou uma análise sobre o projeto a partir de pontos que ele considera ainda mal explicados para a população e questionou argumentos usados tanto por aqueles que defendem a transposição como pelos que a atacam.

Na sua opinião, a polarização traz uma coleção de argumentos favoráveis e contrários à obra, mas que a discussão trouxe um grande benefício, que foi a atenção que se passou a dar à Bacia do São Francisco. “Havendo ou não transposição, já houve um ganho enorme com a conscientização da sociedade para a importância da preservação da bacia”, disse. Segundo o consultor, o rio passou nos últimos anos por várias interferências relacionadas a projetos de desenvolvimento do país que deixaram marcas profundas em suas águas. “O rio hoje exige uma interferência. É preciso fazer sua recuperação ambiental, independentemente do uso que se fará dele”, alertou.

Quanto ao projeto do governo federal, propriamente dito, Sena buscou mostrar que os enfoques dados muitas vezes não correspondem à realidade. Ele questionou, por exemplo, o argumento de que o São Francisco está morto e logo não poderia ter parte de suas águas transpostas. Para o especialista, essa idéia está relacionada a um equívoco cometido ainda no início da divulgação do projeto, quando se passou a falar em transposição do São Francisco. “Esse do traz uma conotação de que o rio seria desviado. O adequado é falarmos em transposição de uma pequena porção de água do São Francisco”, esclareceu.

Outro ponto que deve ser levado em conta, segundo o especialista, é com relação à localização da captação da água, que ocorrerá depois da usina de Sobradinho, na Bahia, criada para fornecer energia elétrica para a região Nordeste. Apesar de a usina ter gerado impactos profundos no São Francisco, ela acabou cumprindo bem dois papéis: regularizar a vazão de água do rio e funcionar como uma imensa estação de tratamento para os afluentes, eliminando quase completamente a poluição do rio a partir daquele ponto. “Isso faz com que a recuperação ambiental do rio seja uma questão independente da transposição”, disse.

Por outro lado, José de Sena considera importante que alguns aspectos do projeto sejam mais bem explicados pelo governo federal. O primeiro deles diz respeito à administração da água transposta. Apesar de ser um rio de domínio do governo federal, a água bombeada será lançada em cursos de domínio estadual. Apesar de hoje não haver problemas, no futuro podem surgir questionamentos jurídicos a esse respeito.

Administração e custo

Outras duas questões que, na sua opinião, merecem explicação para a população são a administração e o custo da água transposta. Esses pontos têm relação direta com o atendimento às populações mais dispersas do semi-árido, justamente as que mais sofrem com a seca. Para ele, ainda não está clara a capilaridade que o projeto terá e se chegará a essas populações. Mas mesmo que chegue, será uma água que custará caro, já que o gasto de energia para bombeá-la será alto, o que, mais uma vez, pode dificultar seu uso pelas comunidades dispersas.

“Custando caro, essa água dificilmente será viável para algumas atividades, como a agricultura de subsistência por exemplo. A não ser que ela seja fortemente subsidiada. Mas aí devemos perguntar se a sociedade brasileira estaria disposta a conceder esse subsídio”, questionou.

Por esse motivo, o consultor legislativo acredita que é difícil afirmar que o uso da água será apenas para abastecimento humano. José de Sena pergunta se não seria correto admitir claramente que essa água possa ser usada para fins mais lucrativos, como o abastecimento de indústrias e áreas urbanas, agricultura, criação de camarão, entre outros. Na sua visão, se a água transposta viabilizar atividades desse tipo, certamente os recursos hídricos já disponíveis nas regiões atendidas pelo projeto serão liberados para outros fins.

Essa sinergia de recursos hídricos sempre lhe pareceu, aliás, um dos pontos mais interessantes do projeto de transposição, mas que passou a ser pouco comentado. “No início da concepção do projeto, um de seus fundamentos era o reforço de recursos hídricos. Isso daria segurança para que os recursos hídricos locais fossem liberados para outros usos. Mas noto que a ênfase na sinergia tem desaparecido da divulgação do projeto”, apontou.

Por fim, José de Sena concluiu com a sugestão de que o projeto seja mais divulgado e debatido antes de posto em prática. Para ele, a discussão deveria se voltar para a viabilidade do projeto e o uso que se daria de fato à água transposta. “Dessa maneira, a sociedade terá melhores condições de apoiar ou não sua implementação”, concluiu.



José de Sena apresentou uma análise do projeto a partir de pontos que ele considera ainda mal explicados e questionou argumentos usados por opositores e defensores



Lugares por onde o canal vai passar. Obras tiveram início este ano e têm previsão de conclusão em 2015

Opiniões

Dom Luiz Cappio

(bispo de Barra, na Bahia):

“Este é um projeto que não foi discutido com a comunidade brasileira, movimentos sociais, populares, nem com a sociedade civil. É um projeto que está sendo imposto autocraticamente, usando, inclusive, o exército, em uma total falta de respeito. A sociedade não aceita e o governo se manteve cego, surdo e mudo. É uma atitude desrespeitosa”



Júlia Paiva

(antropóloga da Fundação Nacional do Índio – Funai):

“Pessoalmente ainda não tenho uma posição sobre o assunto, por isso considero que é necessário debater mais sobre o tema. A Funai, como órgão consultivo, se posicionou favoravelmente às obras, embora os índios tenham se posicionado contrários. Eles refutam qualquer alteração no curso do rio e temem que a transposição sirva apenas para beneficiar os grandes empreendimentos agrícolas do Nordeste. É um projeto muito complexo que reúne vários empreendimentos. Por isso, sem dúvida, é preciso debatê-lo mais”.



Padre Djacy Brasileiro

(padre da paróquia de Santa Cruz – PB):

“É uma luta de todos nós nordestinos, paraibanos, que precisamos das águas do Rio São Francisco. A transposição tecnicamente falando é viável e não vai de forma alguma prejudicar o rio. Ela se faz necessária porque vai beneficiar milhões de nordestinos que passam sede e precisam dessas águas. Esperamos que o governo federal, através do Ministério da Integração Nacional, execute esse projeto redentor que vai libertar o Nordeste não só da sede, mas dos problemas sociais. Tenho dois grandes sonhos: me encontrar com o presidente Lula para falar em nome dos sertanejos e que a transposição se concretize.”



Eduardo Campos

(governador de Pernambuco)

“Quem conhece a realidade do sertão e do agreste de Pernambuco de perto, o sofrimento do nosso povo, tem que ficar a favor de uma obra como a da transposição. Nosso estado possui o pior balanço hídrico do Nordeste e, por isso, a maior prioridade e o principal desafio é alcançar a universalização do abastecimento de água. Fazer com que a água chegue aos grandes centros urbanos e também às pequenas localidades, livrando milhões de pessoas da sede, é tarefa urgente que justifica todos os esforços e relativiza todos os questionamentos”.



Samuel Barrêto

(coordenador do Programa Água para Vida da ONG WWF)

“Em princípio, o WWF não é contra, mas sem dúvida, a transposição, não só no caso do São Francisco, mas de qualquer rio, deve ser a última alternativa. Em geral, essas obras são sempre muito caras, trazem uma série de impactos ambientais, mesmo não sendo esse o principal ponto de desacordo. É uma falácia a premissa de que vai resolver o problema da seca. O beneficiário não está claro. Será que não há outras alternativas para promover o desenvolvimento econômico sem depender do recurso água? Por que investir em um projeto tão caro, sendo que existem opções mais baratas? Não vai resolver o problema da seca e acaba sendo até uma medida perversa. Ninguém é contra levar água para quem precisa, mas sim como o negócio está sendo realizado”.



Jaques Wagner

(governador da Bahia)

“A obra representa a busca e a necessidade de atender a uma luta secular que une todo o povo nordestino: a escassez de água, uma ameaça à sobrevivência humana. Acredito que o projeto pode contribuir para acabar com a sede de milhares de pessoas tão castigadas com a seca que maltrata a nossa região, além de trazer renda à população que terá mais condições de produzir com mais qualidade de vida, melhoria dos sistemas de saneamento básico e crescimento de atividades produtivas que têm na água um de seus mais importantes componentes. E uma vez que a oferta de água será maior, o impacto das estiagens será efetivamente reduzido. Vamos deixar de ser reféns do carro-pipa.”



Benedito Braga

(diretor da Agência Nacional de Águas (ANA))

“Como diretor da ANA não posso entrar no mérito se a transposição é boa ou não. A nossa decisão tem a ver com a questão da outorga, da disponibilidade de água do São Francisco e a necessidade de água na região receptora. Ou seja, se há demanda, viabilidade, disponibilidade e sustentabilidade hídrica do empreendimento. E após nossos estudos ficou comprovado que tem água disponível e demanda para tal projeto e é por isso que demos a outorga”.



São Francisco a realidade de um rio DE QUEM É A ÁGUA?

Para presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, transposição acirra disputa pelo uso de recursos hídricos e prejudica a revitalização do rio. Obra beneficiaria principalmente o Ceará

Humberto Rezende
Especial para o Correio

“A discussão da transposição não é uma questão ideológica, mas sim o maior conflito de uso de água da América do Sul.” A tese é de Thomaz Matta Machado, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), entidade responsável pela gestão dos recursos hídricos do rio. Em sua opinião, a disputa entre os estados pelo direito de uso dos recursos do São Francisco é a origem de toda a polêmica em torno do projeto do governo federal que pretende desviar parte das águas do rio rumo ao semi-árido nordestino.

Para compreender o raciocínio de Machado, apresentado durante a primeira mesa redonda do seminário São Francisco: a realidade de um rio, é preciso voltar ao ano de 2004, quando foi aprovado o Plano Decenal de Recursos Hídricos do São Francisco pelas várias entidades que compõem o comitê. O plano apresentava um relatório a respeito da situação do rio e indicava a necessidade de se combater a sua degradação.

Esse combate se daria por meio de um pacto de gestão das águas, que definiria como se daria a utilização dos recursos hídricos do Velho Chico e como aconteceria sua recuperação. As discussões chegaram a um primeiro consenso, aceito até hoje: o uso das águas do rio, desde a nascente até a foz, não pode ultrapassar 360 metros cúbicos por segundo, para que o rio possa ser revitalizado.

A partir desse número era preciso avançar para um novo acordo, em que ficaria definida a quantidade de água que cada estado por onde passa o Velho Chico usaria, de forma a garantir que o uso total não ultrapassasse o limite estabelecido. Porém, antes que esse acordo fosse realizado, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deram aval ao projeto de transposição.

“O projeto de transposição interrompeu o pacto de gestão das águas. Como vou mandar 127 metros cúbicos de água para a transposição com um limite de uso de 360? Vamos mandar mais água para a transposição do que poderão usar Minas Gerais e Bahia?”, questiona Machado. Segundo ele, é preciso notar que o principal eixo a ser construído no projeto, o Eixo Norte, abastece principalmente o estado do Ceará. “Cerca de 80% da transposição vai para o Eixo Norte. E 90% das águas desse eixo vão para o Ceará, que pode receber até 80 metros cúbicos de água por segundo”, continuou.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, o Eixo Norte operará com uma vazão contínua de 16,4 metros cúbicos por segundo. Mas em períodos recorrentes de escassez de água nas bacias receptoras e de abundância na Bacia do São Francisco, as vazões transferidas poderão atingir a capacidade máxima estabelecida de 99 metros cúbicos por segundo.

Isso faria, segundo o raciocínio de Machado, com que a transposição beneficiasse o Ceará com cerca de ¼ da vazão total disponível para uso do São Francisco. Suas críticas ao projeto ficam ainda mais fortes quando ele argumenta que os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, beneficiados pelo Eixo Norte, não precisam da água da transposição. Segundo ele, a partir da década de 80, algumas obras hídricas, como o Açude Armando Ribeiro (RN) e o Açude Castanhão (CE), regularizaram o abastecimento nos estados.

“A transposição é um projeto basicamente do Ceará. A água da transposição que vai chegar ao Açude do Castanhão só é necessária para baratear a água usada na produção de camarão, de frutas e no abastecimento do porto de Pecém”, argumenta Machado. Segundo ele, a partir do momento em que a água da transposição estiver no açude poderá ser usada e cobrada como o governo do Ceará desejar.

Ao mesmo tempo, os estados da bacia do São Francisco terão que se adaptar ao uso mais limitado do rio. “É como se a produção de Petrolina, Juazeiro, Pirapora fosse paga pelos habitantes de Salvador e Belo Horizonte. A transposição é um projeto econômico e não de abastecimento humano”, diz.

Como alternativa ao projeto de transposição, o CBHSF propõe a adoção de algumas medidas que, segundo seus membros, levaria água às regiões que realmente necessitam (veja quadro). Entre as sugeridas estão a suspensão do Eixo Norte e a redução de capacidade de bombeamento do Eixo Leste, que levará água para Pernambuco e Paraíba. “Somos favoráveis à adução de água para os dois estados, que realmente passam por problemas de escassez. Mas por que fazer uma obra de 28 metros cúbicos, se são necessários apenas 9 metros?”, indaga.

O comitê também pede a implementação das ações do Atlas do Nordeste de Abastecimento de Água, um plano básico que contempla mais de 500 obras de combate à seca elaborado a pedido da ANA. Só com medidas assim, Machado acredita que o Rio São Francisco poderá ser revitalizado. “Não há revitalização com transposição, pois não será possível negociar a redução de consumo de água na Bahia e Minas Gerais enviando tanta água para o Ceará. E sem o pacto de gestão das águas, será inviável a criação de um ambiente favorável ao São Francisco”, prevê Machado.



Para Matta Machado, disputa entre os estados pelo direito de uso dos recursos do São Francisco é a origem de toda a polêmica em torno do empreendimento

Arquivo Pessoal



Reprodução do quadro da artista plástica pernambucana Zelita Rocha retratando cinco séculos do velho Chico

Os seis pontos defendidos pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco:

- 1— Adução de 9m³/s para os estados de Pernambuco e Paraíba redimensionando o projeto atual de 28m³/s, através de termo de ajustamento entre o empreendedor e o Ministério Público Federal com interveniência dos estados da bacia, do estado da Paraíba e do Comitê de Bacia do Rio São Francisco.
- 2— **Suspensão do Eixo Norte da Transposição.**
- 3— Adoção das obras previstas no Atlas do Nordeste de Abastecimento de Água que ainda não estão contempladas no PAC com ênfase para o Oeste do estado do Ceará e Sertão Central/Inhamuns.
- 4— **Incremento do apoio da União à introdução de tecnologias que garantam o abastecimento de água e produção da população que reside no meio rural do semi-árido brasileiro.**
- 5— Apoio à revitalização das bacias hidrográficas dos rios Jaquaribe no Ceará e Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte
- 6— **Apoio técnico-político ao Comitê de Bacia do São Francisco para elaboração do Pacto de Gestão das Águas do São Francisco com inclusão imediata do atendimento às demandas para abastecimento humano do estado da Paraíba e consideração dos pleitos dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte para abastecimento humano e dessedentação de animais.**

AS ÁGUAS DA DISCÓRDIA, MAS TAMBÉM DA PAIXÃO

Em um tom emocionado, o advogado ambientalista Mário Werneck defende os interesses dos mineiros que vivem às margens do São Francisco e contesta o projeto governista

Ana Clara Brant
Da equipe do Correio

Teu nome é santo e santas são tuas águas. Francisco, Velho Chico ou Opará, como era chamado pelos indígenas, não importa que nome tenha. O mais brasileiro dos rios provoca sim polêmica, mas sobretudo paixões. É assim com o professor ambientalista e presidente da Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais, Mário Werneck Neto, que participou juntamente com o engenheiro e consultor do Projeto de Transposição do rio São Francisco, Rômulo de Macêdo Vieira, da última e segunda mesa redonda do seminário, que foi mediada pelo editor de economia do Correio Braziliense, Raul Pilati. Questionado sobre sua ‘passionalidade’, Werneck respondeu: “Acho que não se pode desvincular a paixão da questão ambiental. A transposição do rio pode ser uma nova Transamazônica que não teve começo, nem meio, e nem fim. Eu coloquei paixão na minha exposição para demonstrar todo o meu inconformismo com relação a essa proposta”

O advogado começou sua explanação evocando os ideais de liberdade do povo das Gerais, berço do São Francisco, e disse que os mineiros não estão contra o Nordeste, mas que defendem outras formas de solucionar o problema da seca. “Minas tem uma maneira diferente de enxergar as coisas porque de qualquer pedra que se chute lá, sai um vento chamado liberdade. Estão criando um conflito que jamais existiu inclusive com a Paraíba (um dos estados que deve ser beneficiado com a transposição) que sempre esteve ao nosso lado, inclusive na revolução de 1930. De forma alguma somos contra os nossos irmãos nordestinos. Reitero que o povo das Minas Gerais sempre esteve e estará ao lado da liberdade e das lutas. Minas não está contra a se levar água para quem precisa, mas há outras maneiras de se fazer isso. A transposição, definitivamente, não é a solução. Vamos lutar até a última gota de sangue que tivermos contra este projeto”, frisou.

Minas Gerais

Aliás, Werneck Neto focou bastante suas idéias no que Minas Gerais significa dentro do contexto da transposição justificando que o estado, além de ser o berço do rio, conta com cerca de um terço das 504 cidades banhadas pelo Velho Chico. O integrante da OAB-MG acrescentou que os mineiros serão os mais prejudicados com o projeto do governo federal e comparou o estado a um time que vai cair para a segunda divisão caso a transposição realmente se concretize.

Ele também criticou quem fica discutindo as questões ligados ao São Francisco sem nunca ter pisado em suas margens e ressaltou que os técnicos deveriam ir pessoalmente às comunidades ribeirinhas explicar quais são as reais intenções do projeto. “Não é para mim que vocês devem dar explicações; mas para o agricultor que mora em Lassance, o pescador de Pirapora, a artesã de Manga. É lá que vocês devem ir. Dados e planilhas técnicas para mim não representam muita coisa. Os tecnocratas de plantão não podem ficar discutindo as tabelas do São Francisco sentados na Vieira Souto, no Rio de Janeiro, ou em Brasília sem conhecer o rio a fundo e quem realmente depende dele”, alfinetou Mário Werneck, que se auto-denominou um conhecedor de cada ponto do rio com direito até a uma ponte de safena por causa do Velho Chico. “Sou um safenado franciscano. Passei mal à beira dele e modéstia à parte, o conheço bem”

. Doente no CTI

Comparações do São Francisco com um doente que está à beira da morte no CTI também não faltaram e Mário Werneck Neto garantiu que a cada dia que se passa as águas franciscanas diminuem, o que impossibilita ainda mais, na visão do advogado mineiro, o projeto de transposição. Por tudo isso, o presidente da Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais disse ainda que considera um absurdo o que estão tentando fazer com a transposição do aspecto técnico e hídrico e que muita coisa precisa de resposta. “Algumas explicações precisam ser dadas, mas queria ressaltar que não estou aqui defendendo os interesses do estado, mas do país. Democraticamente falando, esse debate é uma vitória”, finalizou.



O advogado da OAB-MG disse que os opositores vão lutar até a ‘última gota de sangue’ contra a transposição



Imagem de São Francisco de Assis na nascente do rio, na Serra da Canastra, em Minas Gerais

TRANSPOR É A MELHOR SOLUÇÃO

Para governo, poços, cisternas, açudes e reaproveitamento de água não são as opções mais eficazes para o problema da seca, o que dá mais força à proposta do Ministério da Integração

Ana Clara Brant
Da equipe do Correio

Lá se vão 16 anos “navegando” pelo assunto São Francisco, o que o torna um dos especialistas no Velho Chico. O consultor do Projeto de Transposição do rio, Rômulo de Macêdo Vieira, participou de uma das mesas redondas do Seminário: São Francisco, a realidade de um rio, e apresentou detalhados números, dados e planilhas técnicas para comprovar a eficácia da proposta da transposição

No início da sua exposição, o engenheiro garantiu respeitar as opiniões alheias, no entanto chegou a dar alfinetadas nos opositores da polêmica proposta e disse que o semi-árido nordestino é o que mais chove no mundo, com média de 600 a 700 mm de água por ano. No entanto, Macêdo acrescentou que essa região do país possui características extremamente peculiares, sendo que a estrutura das precipitações é concentrada no tempo e no espaço. “Chove dois meses e pára. Chove em um só lugar e não chove no outro. E tem altas taxas de evaporação. Secas permanentes. Você não pode viver em um lugar desses sem acumular água. A escassez de água faz com que a população de estados como o Ceará, viva com uma média de 300 metros cúbicos de água per capita/ ano. (A Organização das Nações Unidas - ONU - considera um volume menor que 500 metros cúbicos de água per capita/ano uma ameaça à sobrevivência humana). A transposição é a garantia. Você perde menos com evaporação. Pode ganhar muita água. Todo esse sistema ineficiente fica mais eficiente quando se aproveita o que já existe dele”, justificou o consultor.

Macêdo Vieira disse que muitos defendem a tese de que o Nordeste Setentrional possui uma grande quantidade de água armazenada, mas que na verdade é importante diferenciar capacidade de acumulação com água disponível. “Nem sempre ter uma grande capacidade de acumular significa que tem água para ser utilizada. As pessoas confundem isso”, declarou.

Alternativas

Para o engenheiro, não há dúvidas de que a melhor e mais eficiente maneira de resolver o problema da seca no semi-árido é a transposição do Velho Chico. Ele lembrou que esse tipo de empreendimento já obteve êxito em várias partes do mundo, mesmo após muita discussão. Macêdo disse ainda que as outras alternativas, como as cisternas, poços artesianos, chuvas artificiais, novos açudes ou dessalinização, não conseguiriam resolver por completo as demandas da população e matar a sede do povo. “Essas não são as melhores soluções. Os poços, por exemplo. No meu estado, o Rio Grande do Norte, já fizeram centenas deles e isso não amenizou a situação. As cisternas resolveriam o problema da população difusa do sertão, que é de cerca de 2%. Mas ao mesmo tempo, elas podem matar. Na Austrália, o uso delas está proibido por ser fonte de doenças de veiculação hídrica. Quanto ao reaproveitamento de água, é impossível devido à escassez na região e a desassilinação também é inviável sob o ponto de vista econômico. Não tenho dúvidas que o mais completo e eficiente sistema para atender as demandas do semi-árido é a transposição”, reiterou.

“Guerra de Estados”

Com relação à guerra dos estados envolvidos na transposição como os doadores de água, que é o caso de Minas Gerais, e os receptores, como a Paraíba, por exemplo, Rômulo diz não entender o motivo da discórdia, especialmente por parte dos mineiros. “Não entendo a preocupação de Minas com isso. O estado é realmente a caixa d’água do São Francisco, mas é impossível Minas reter toda essa água. Além do mais, o mesmo direito que o cidadão mineiro tem sobre o rio, o cidadão do Rio Grande do Norte e do Acre também tem. Ele é um rio federal. A água da transposição não vai impactar Minas Gerais e digo mais, vai induzir o cidadão de todo o Brasil a ter um novo comportamento com relação ao uso da água”, assegurou Rômulo Macêdo.



O consultor do projeto de Transposição Rômulo de Macêdo Vieira fez uma exposição técnica a respeito da transposição para provar a eficácia da iniciativa



A escassez de água faz com que a população de estados como o Ceará viva com média de 300 metros cúbicos de água per capita/ ano, índice abaixo do recomendado pela ONU